

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.300 - SC (2018/0340579-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : JORGE LUIZ FRANCELINO - ME  
**ADVOGADOS** : HELIO EGON ZIEBARTH - SC001880  
LUCIANO FERMINO KERN - SC032218  
WASHINGTON BARICALLA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SC031493  
**AGRAVADO** : CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ILHAS MALDIVAS  
**ADVOGADOS** : RUD GONÇALVES DOS SANTOS E SILVA E OUTRO(S) - SC007307  
MURILO ANTUNES PEREIRA - SC032768

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ Fl. 410):

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE EMPREITADA. SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA DE PINTURA. PARCIAL PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECURSO DA PARTE RÉ. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. BENESSE DEFERIDA A EMPRESA AUTORA SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO NA ÉPOCA. ADEMAIS, SUBSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO FÁTICA QUE ENSEJOU O DEFERIMENTO. PLEITO AFASTADO. INTENÇÃO DE RECONHECIMENTO DA QUITAÇÃO INTEGRAL DA DÍVIDA. QUITAÇÃO PARCIAL RECONHECIDA NA ORIGEM. SERVIÇO DE PINTURA NÃO FINALIZADO PELO APELADO. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA CORROBORAR TAL VERSÃO. PAGAMENTO DO VALOR TOTAL CONTRATADO QUE SE MOSTRA DESARRAZOADO, DIANTE DA NÃO CONCLUSÃO DO SERVIÇO PELA EMPRESA AUTORA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL QUE SE IMPÕE. PEDIDO DE CONDENAÇÃO DO APELADO NAS PENAS POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E APLICAÇÃO DO ARTIGO 940 DO CÓDIGO CIVIL. ALEGADA MÁ-FÉ NÃO EVIDENCIADA. APELADO QUE AGIU NA DEFESA DE SEUS INTERESSES. PEDIDOS AFASTADOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. READEQUAÇÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 435/441).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 443 do novo CPC e 320 do Código Civil. Sustenta, em síntese, que *a)* embora o acórdão tenha sido *"enfático ao constatar que NÃO há recibo assinado pelo Sr. Jorge ou pelo Sr. Joel"*, *"reconheceu a comprovação do adimplemento do débito de R\$ 73.849,14 enquanto o juízo singular havia reconhecido somente R\$ 63.782,51"* (fl. 449); *b)* *"os cheques citados no acórdão sequer foram colacionados aos autos"* e que *"as medições são provas unilaterais juntadas pelo recorrido"* (fl. 449); e *c)* *"o Tribunal a quo ainda reconheceu que a recorrente não cumpriu o contrato na íntegra com base em testemunha duvidosa e documentos não emanados pelos sócios da recorrente"* (fl. 451).

Apresentadas contrarrazões às fls. 461/466.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do novo CPC, motivo pelo qual o presente recurso será examinado à luz do Enunciado Administrativo nº 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O inconformismo não merece prosperar.

A Corte de origem, com fundamento no acervo fático-probatório, entendeu que *"o contrato não foi integralmente cumprido pelo apelado, merece provimento o pedido recursal para que seja reconhecida a quitação integral dos valores a ele devidos durante o período em que efetivamente prestou serviços de pintura ao Condomínio Residencial Ilhas Maldivas"* (fl. 418). Destaca-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (fls. 415/418):

*"Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Jorge Luiz Francelino - Me em face de Condomínio Residencial Ilhas Maldivas, cuja construção foi conduzida por Inova Construções. Apesar das afirmações da autora no sentido de que Jorge Luiz Francelino era o único responsável pela empresa autora, durante a instrução processual restou revelado que Joel Viana Costa também praticava atos de administração perante o condomínio em construção.*

*A documentação apresentada pela ré em contestação, especialmente às pgs. 141-142, em conjunto com as declarações prestadas em audiência (pg. 274 - audiovisual), são suficientes para confirmar que existia uma sociedade de fato entre o Sr. Jorge e o Sr. Joel durante o processo de pintura do Condomínio Residencial Ilhas Maldivas. Como dito pelo Julgador singular*

*"muito embora se trate, na teoria, de firma individual, a prova oral produzida satisfatoriamente demonstra que, na prática, havia uma sociedade de fato na administração da empresa autora, o que justifica o recebimento de valores tanto por Jorge quanto por Joel".*

*Apesar de correto o entendimento firmado na origem, verifica-se que o Magistrado apenas considerou as quantias representadas em recibo assinado pelo Sr. Jorge ou Sr. Joel para reconhecer a quitação de R\$ 63.782,51 pelo condomínio ré, nos seguintes termos:*

*O Recibo da página 87 é referente à medição da página 86 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 2.905,55; o da página 89 referente à medição da página 88 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 6.105,55; o da página 95 referente à medição da página 94 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 8.266,61; o da página 97 referente à medição da página 96 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 3.266,66; o da página 99 referente à medição da página 98 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 2.266,65; o da página 101 referente à medição da página 100 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 2.572,21; o da página 103 referente à medição da página 102 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 1.805,55; o da página 106 referente às medições das páginas 104 e 105 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 3.066,66; o da página 107 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 2.338,87; o da página 109 referente à medição da página 108 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 1.611,10; o da página 111 referente à medição da página 110 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 2.199,98; o da página 114 referente às medições das páginas 112 e 113 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 3.072,19; o da página 115 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 4.530,00; o da página 118 referente às medições das páginas 116 e 117 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 5.694,42; o da página 120 referente à medição da página 119 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 3.699,96; o da página 123 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 866,66; o da página 125 referente à medição da página 124 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 1.000,00; o da página 128 (assinado por Jorge), no valor de R\$ 4.005,56; o da página 141 (assinado por Joel), no valor de R\$ 2.000,00; o da página 142, enfim (assinado por Joel), no valor de R\$ 2.508,33.*

*Todavia, no ponto convém prover parcialmente o recurso, para reconhecer a comprovação do efetivo pagamento de R\$ 73.849,14. Isso porque, somados aos R\$ R\$ 63.782,51 calculados na origem, verifica-se possível o reconhecimento do adimplemento de mais R\$ 1.000,00 (cheque 001200; pg. 133), referente à medição de pg. 130; R\$ 1.087,30 e R\$ 562,70 (cheques*

*001209 e 001210; pgs. 133-134), referentes à medição de pg. 129; R\$ 1.766,64 (cheque 001220; pg. 134) referente à medição de pg. 132; R\$ 900,00 (cheque 001234; pg. 136), referente à medição de pg. 135; R\$ 4.749,99 (cheque 001189; pg. 140), referente à medição de pg. 138. Aponta-se, entretanto, que o cheque 001199, no valor de R\$ 1.000,00 já foi considerado no cálculo realizado na origem, pois referente à medição de pg. 125.*

*O conjunto probatório demonstra que todos os cheques entregues em pagamento foram emitidos diretamente da conta bancária vinculada ao Condomínio Residencial Ilhas Maldivas, cujo extrato é anexado às pgs. 133 e 134, 136 e 137 e 139-140 para comprovar o pagamento dos valores acima mencionados, através da informação "cheque pago no caixa". Apesar de não haver recibo assinado por Sr. Jorge ou pelo Sr. Joel, vê-se que os valores conferem exatamente com as medições acima citadas e que os cheques foram compensados com poucos dias de diferença das respectivas medições.*

*Nesses termos, a condenação ao pagamento de R\$ 24.217,49 comportaria redução para pelo menos R\$ 14.150,86.*

*Não bastasse isso, na contestação a empresa ré expôs que o objeto da contratação não chegou a ser concluído pela empresa autora e que dependeu da mão-de-obra de terceiros para finalização da pintura, argumentando, assim, que não poderia ser compelido a quitar a integralidade contratada. A mesma tese é exposta em sede de apelação.*

*Do arquivo audiovisual de pg. 274, extrai-se que o informante Paulo Roberto Cardoso, pintor que laborou por 5 meses em média no Residencial Ilhas Maldivas, confirmou que havia outro prédio sendo pintado pela empresa autora na cidade de Laguna. A testemunha Joel Viana Costa, sócio de fato reconhecido na origem, afirmou que começou a trabalhar na pintura do Condomínio Residencial Ilhas Maldivas somente após a conclusão de outro empreendimento em Laguna; relevou que deixou de trabalhar com o Sr. Jorge após desentendimentos e que, na ocasião, ficou responsável pela finalização do condomínio objeto da lide, enquanto seu sócio encarregou-se pela pintura de um outro residencial, de nome Estaleiro.*

*A testemunha Marcelo Rosa Nazario revelou que o Sr. Jorge e o Sr. Joel não terminaram a pintura do prédio Ilhas Maldivas em conjunto, mas que a finalização se deu apenas pelo último; que cerca de 20% da pintura do residencial foi realizada somente pelo Sr. Joel; que percebeu dissenso entre ambos antes do fim da sociedade. Já Willian da Silva Scremin confirmou que tanto o edifício Ilhas Maldivas como o Estaleiro eram gerenciados pela empresa Inova Construções e iniciaram mais ou menos na mesma época.*

*Do conjunto probatório infere-se, ainda, que as últimas medições registradas - a partir abril de 2015 - foram vistoriadas*

*exclusivamente pelo Sr. Joel (pgs. 129, 130, 132, 135, 136, 138, 141 e 142), exceto a datada de 2-5-2014 (fl. 122), ainda acompanhada pelo Sr. Jorge. Além disso, o acordo firmando com terceiro, o pintor Thiago Tomé Urbano (pgs. 145-149), também serve para confirmar que os atos de gestão na parte final da pintura partiram do Sr. Joel.*

*Diante dessas informações, ainda que não se possa reconhecer os pagamentos feitos a terceiro como forma de adimplemento do débito debatido nestes autos, como bem fundamentado pelo Julgador na origem, tem-se como plenamente possível acolher as alegações do apelante no sentido de que não houve cumprimento integral do pacto por parte do autor.*

*Conforme mencionado, o técnico da empresa, Marcelo, estimou em audiência que cerca de 20% do serviço não foi concluído pelo Sr. Jorge, o que, em cálculo aritmético simples, resultaria no equivalente a R\$ 17.600,00. A quantia restante (R\$ 14.150,86), por sua vez, corresponderia em média a 16% do valor total contratado (R\$ 88.000,00). Assim, mesmo que não se possa definir como verdade absoluta o percentual estimado pela testemunha, diante de todas as provas acostadas nos autos revela-se verossímil a alegação do condomínio no sentido de que o não pagamento de parte da quantia contratada se deu em razão do inadimplemento do pacto também por parte da empresa autora.*

*Portanto, plenamente demonstrado que o contrato não foi integralmente cumprido pelo apelado, merece provimento o pedido recursal para que seja reconhecida a quitação integral dos valores a ele devidos durante o período em que efetivamente prestou serviços de pintura ao Condomínio Residencial Ilhas Maldivas.*

*Logo, deve ser julgado totalmente improcedente o pedido exordial" (destaques acrescidos).*

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de que as provas dos autos não são suficientes para comprovar a quitação, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 16% para 17%.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

